



Anais da Assembléia

N.º 69

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE JUNHO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 1977

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Jorge Sato.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo da Silva, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Sob o número 68/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei número:

54/75: Do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo, reverter ao município de Mallet, imóvel doado pelo Estado ao mesmo, conforme o registrado sob o número 4434, folhas 30, do Registro de Imóveis da Comarca de Mallet, o qual convertido em Lei tomou o número 6879. — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei número 57/77, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que dá nova redação ao Art. 4º da Lei número 54, de 22/11/63 (Pensão de viúva de ex-Deputados).

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, REGIME DE URGÊNCIA aos seguintes projetos de resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 07/77 — de auto-

ria da Comissão de Constituição e Justiça; Mensagem número 53/77 do Poder Executivo, ex-Proposição número 262/77 — aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da secretaria de Administração, com o município de Campo Mourão, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Vila Urupês, na sede do referido município.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 14/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77 — ex-Proposição número 256/77, aprova os Termos de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Toledo, objetivando execução em próprios estaduais que especifica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 36/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 04/77, ex-Proposição número 165/77 — aprova o Termo de Re-Ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná e o município de Alto Piquiri, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 42/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 12/77, ex-Proposição número 173/77 — aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com o município de Rondon, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 43/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 13/77, ex-Proposição número 174/77 — encaminha termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná e o município de TAPEJARA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 44/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 16/77, ex-Proposição número 117/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Icaraima, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 45/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 17/77, ex-Proposição número 178/77 — aprova convênio entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Nova Londrina, objetivando execução de obras à erosão urbana, na sede do referido município.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 46/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 19/77, ex-Proposição número 180/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 47/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 182/77 — aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Umuarama, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede da referida comuna.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 49/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 24/77, ex-Proposição número 185/77 — aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Altônia, objetivando execução de obras

de combate à erosão urbana na sede do referido município.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 50/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 28/77, ex-Proposição número 186/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Floraí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 64/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 38/77, ex-Proposição número 236/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Foz do Iguaçu, objetivando reparos no prédio do Colégio Estadual Monsenhor Guítherme.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 65/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 38/77, ex-Proposição número 237/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Terra Rica, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Rosalina Moraes.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 66/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 38/77, ex-Proposição número 238/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rondon, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual Almirante Barroso.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 67/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 241/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Catanduvas, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 71/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 252/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Ribeirão Claro, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Marcos Baggio.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 73/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 263/77 — aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Nova Aurora, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino que especifica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 74/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 264/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Bandeirantes, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Escolar com 12 salas de aula.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 75/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 265/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Doutor Camargo, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Regente Feijó, na sede do referido município.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 78/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 289/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Santa Inês, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 98/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 32/77, ex-Proposição número 272/77 — aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social e o município de Curitiba, objetivando execução do Programa de Atendimento às vítimas da Explosão de Dinamite.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na última sexta-feira, em nossa Capital, do venerável Senhor JOSÉ MACEDO SOBRINHO.

Tronco de tradicional família paranaense e pessoa de larga estima nos meios sociais, exerceu longo tempo o cargo de Tesoureiro do Estado, em cujas elevadas funções se aposentou o Dr. José Macedo Sobrinho.

Era o falecido pai de Dona Maria Macedo Costa, viúva do Des. Antônio Franco Ferreira da Costa; Eni Macedo Carneiro, casada com o Dr. Levi Miró Carneiro; Dr. Joaquim Faria de Macedo, casado com Dona Circe Arlant de Macedo; Dr. Fernando Faria de Macedo; Josira Macedo de Souza, casada com o Dr. Jurandir Souza e Dr. José Luiz Faria de Macedo, aos quais, pede, uma vez aprovado o presente, seja-lhes feita a devida comunicação.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ATÍLIO DE BONNA, ocorrido no dia 05 do corrente, na cidade de Toledo, Paraná.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se de, ciência à família enlutada, na mesma cidade de Toledo, Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na noite da última sexta-feira, ocorreu o falecimento do Sr. SÉRGIO QUEIROLLO. Curitiba e o Paraná perderam o seu convívio, e como as nossas comunidades, perderam também as artes, um dos seus mais qualificados representantes.

Sérgio Queirolo sempre foi artista. Nasceu artista. De pais, de avós, da família toda dedicada à arte. Sua vida inteira, entregou-a à atividade artística. Nos circos palcos, nos "shows", nas televisões, onde quer que houvesse oportunidade, o Paraná, e principalmente Curitiba, tiveram a presença de Sérgio.

Ele fez um dos mais difíceis e dos mais importantes ramos da arte de representar. Crianças de várias gerações, e os adultos de todas as idades, lhe conheceram a alegria. A alegria que ele criava, que ele transmitia, que ele infundia, porque, acima de tudo, foi um homem feliz. daquelas que sabendo assimilar as contrariedades da vida, transformam os dissabores em experiências, e tudo creditam ao aprendizado para a evolução do espírito humano.

Como artista foi um profissional sério, dedicado, abenegoado, conhecedor do seu mister, porque para ele, representar era mais que profissão, era-lhe a própria razão de existir.

Como pessoa, soube ser gente, com reiteradas demonstrações de ser possuidor dos mais caros e mais belos sentimentos que enobrecem o caráter, de onde se colhiam permanentemente a palavra, a ação, a compreensão, fundadas nos ensinamentos crísticos do amor e da solidariedade.

Sérgio Queirolo nos deixou, fisicamente.

Mas, deixou a todos um belo exemplo, e uma lembrança permanente.

Os que lhe assistiram e lhe conviveram, haverão, agora, de estar a repetir: foi bom tê-lo como artista, foi bom tê-lo como amigo, foi bom tê-lo como colega, foi bom tê-lo entre nós, simplesmente.

A consternação pelo seu passamento, é ampla e geral, razão porque esta Casa, também repositório dos sentimentos de nossa gente, não deve ausentar-se das homenagens, merecidas e justas, que lhe tributam.

Por isso, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvida a Casa, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo e sentido pesar, pelo falecimento do Sr. Sérgio Queirolo.

Requer ainda, que se dirija expediente à Câmara Municipal de Curitiba, sugerindo que adote providências para nominar, em sua homenagem, uma das ruas de Curitiba.

Outrossim, requer mais que se dê ciência da decisão, por inteiro teor deste requerimento, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, voto de louvor à ACAMPAR - Associação de Câmaras Municipais do Paraná, extensivo às emissoras Iguaçu e Tibagi de Televisão, pelo recente lançamento do programa "Tribuna Popular".

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) VALTER PIETRANGELO

JUSTIFICATIVA:

A ACAMPAR - Associação de Câmaras Municipais do Paraná, cumpre com seriedade suas finalidades de entidade representativa da edilidade do Estado.

Inúmeras promoções que objetivam a integração dos vereadores paranaenses na elevação de princípios e postulados dos legislativos municipais, alcançaram seus propósitos.

A 4 de junho, estreou na televisão paranaense, através das emissoras Iguaçu e Tibagi, o programa "Tribuna Popular". Trata-se, indubitavelmente, de mais uma oportuna e vitoriosa iniciativa do dinâmico vereador Geraldo Cartário Ribeiro, presidente da ACAMPAR. Municipalistas de todo o Paraná, terão oportunidade de expor problemas, sugerir soluções e apresentar reivindicações através desse programa.

É mister estender congratulações ao empresário Paulo Pimentel, diretor das emissoras de televisão Tibagi e Iguaçu, pela decisão de proporcionar condições plenas para a transmissão de "Tribuna Popular", através dos canais 4 e 11. Mais uma vez, Pimentel caracteriza-se como autêntico municipalista.

Considerações estas motivaram a apresentação da proposição ora firmada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo, pela realização do concurso "Miss Paraná", levado a efeito no último dia 4, na cidade de Paranaguá e que culminou com a vitória da Srta. Deborah Almeida Rosa, eleita "Miss Paraná 1977", representan-

te daquela cidade.

Foi, sem dúvida alguma, uma festa memorável que monopolizou as atenções de todo o nosso Estado, já que a maioria dos municípios do interior se fizeram representar. A eleição de "Miss Paraná 77", foi a nosso ver, das mais justas, se considerarmos a imparcialidade do corpo dos jurados, composto de personalidades das mais representativas de nossa sociedade bem como de artistas da Rede Tupi de Televisão que aqui vieram prestigiar a maior festa da beleza do nosso Estado.

Desejamos também, nos parabenizar com a representante de Morretes, Srta. Luciléa Robassa, que obteve o 3º lugar no referido concurso e com a Srta. Izabel Felizardo da Silva, representando o município de Guaratuba eleita "Miss Simpatia".

Nosso cumprimentos também ao Canal 6, que transmitiu ao vivo todos os detalhes do concurso, bem como pela retrospectiva feita antes do início do concurso focalizando aspectos da cidade de Paranaguá, suas atividades comerciais, seu porto, templos religiosos, museu etc.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à Srta. Deborah Almeida Rosa, "Miss Paraná 1977" e ao Canal 6 - TV Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente aos Exmos. Srs. Secretário da Agricultura e da Saúde e Bem Estar Social para que, tomando conhecimento da poluição das águas do Rio Tibagi, produzida por detritos que nelas são despejados pela indústria localizada no Salto, município de Palmeira, causando a destruição da fauna e, em especial, a morte de grande quantidade de peixes, como se está constatando; de outra parte, também a ocorrência da poluição do ar, provocando mal estar na população, não só dos arredores da indústria, como também da cidade de Palmeira, sendo que o mau cheiro vem produzindo enjoos e dores de cabeça, sejam determinadas aos seus Departamentos responsáveis pelo setor, urgentes providências para que se corrija essa anormalidade que é de responsabilidade da firma CELPA S/A, ali localizada.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, reivindicando a edificação de ponte sobre o Rio Ivaí, no trecho que divide os municípios de Santa Isabel do Ivaí e Maria Helena ou Santa Cruz do Monte Castelo e Umuarama.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) VALTER PIETRANGELO

JUSTIFICATIVA:

Cento e cinquenta quilômetros separam a última ponte sobre o Rio Ivaí, de seu desaguadouro no Rio Paraná, denominada Pontal do Tigre.

A transposição nesse percurso é realizada através de obsoletas, morosas e inseguras balsas.

Os preços cobrados por seus proprietários, são elevadíssimos. Inúmeros acidentes ocasionaram perdas de vidas e prejuízos de alta monta com o afundamento de veículos.

Indubitavelmente, a edificação de ponte nas delimitações entre os municípios de Santa Isabel do Ivaí e Maria Helena ou Santa Cruz do Monte Castelo e Umuarama, seria a solução definitiva dos problemas oriundos da utilização das balsas.

Crendo na sensatez e na capacidade administrativa de

Senhor Secretário dos Transportes do Governo paranaense esperamos que nossa justa reivindicação, mereça dele, melhores atenções.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. CELSO SABÓIA DA COSTA, Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., solicitando a criação e instalação de uma agência daquele banco na cidade de Alto Piquiri.

Como justificativa à presente solicitação, invocamos o crescimento da cidade e a economia local apoiada na crescente produção de algodão, no revigoramento do cultivo cafeeiro, bem como, o setor pecuário, de grande expressão, aliado ao senso progressista do povo de Alto Piquiri, e que faz com que mereçam todo o apoio para um maior desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe expediente aos Excelentíssimos Senhores Arnaldo Busato, Secretário de Saúde e Bem Estar Social e Saul Raiz, Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que determinem providências que se fizerem necessárias para evitar a poluição do ar que ora se verifica na Avenida Sete de Setembro, proximidade do Supermercado Municipal, em nossa Capital, com o funcionamento de uma fábrica de fogão.

A má localização daquele estabelecimento (Fábrica Gazele) está causando uma série de problemas, principalmente de ordem sanitária, uma vez que a fumaça expelida pelas chaminés contaminam os alimentos do Supermercado Municipal. Esta fumaça, impregnada de resíduos de materiais empregados na fabricação daquele utensílio doméstico, dá a impressão de ser altamente nociva à saúde, razão pela qual muitos consumidores de frutas já deixaram de ali fazer suas compras.

Com a construção da Cidade Industrial de Curitiba, seria medida acertada se as autoridades municipais providenciassem a remoção dessa fábrica para aquele local ou, então, determinassem a colocação de filtros antipoluentes na indústria.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) HÉLIO MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que o aperfeiçoamento educacional se constitui em fator preponderante para o progresso de uma região e, conseqüentemente da própria nação;

Considerando que no município de Guaraqueçaba, um dos primeiros formados do Estado do Paraná, funcionam diversas escolas fundamentais e um Ginásio Estadual, onde estudam centenas de crianças e jovens;

Considerando finalmente que necessário se faz a implantação de curso de segundo grau, preferencialmente para a formação de técnicos de pesca, possibilitando, assim o elevado número de alunos e ex-alunos do Ginásio Estadual, a continuidade de seus estudos.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Doutor Francisco Borsari Neto, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura do Paraná, solicitando as providências cabíveis para futuro atendimento a esta justa reivindicação das autoridades e do povo de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado à Sua Excelência, Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, no sentido de apurar irregularidades na Delegacia de Polícia de Piraquara.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 66/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença do Sr. Arnaldo Costa, digníssimo Vereador à Câmara Municipal de Nova Aurora.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente. O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, desejo esclarecer que no dia dois de maio do corrente, fizemos, desta tribuna, uma denúncia contra o Delegado de Polícia da cidade de Nova Aurora. Tendo em vista acordo com o Deputado Fuad Nacli, quando requeríamos uma Comissão de Deputados para apurar irregularidades e arbitrariedades daquele Delegado, suspendemos o nosso requerimento.

Chega, entretanto, ao nosso conhecimento, que embora tivesse garantido o Deputado Fuad Nacli que haveria de tomar providências quanto à atitude daquele Delegado, nada até hoje foi feito.

Assim sendo, Sr. Presidente, nesta oportunidade, reiteramos o requerimento para a formação de uma Comissão de Deputados para apurar as ilegalidades que vem praticando aquele Delegado de Polícia da cidade de Nova Aurora.

Outro requerimento formulamos a S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública que, pelo que vemos, pelo desfile de Deputados nesta tribuna a censurá-lo, a pedir providências, a denunciá-lo, não tem dado nenhuma segurança ao Estado do Paraná. Os Deputados já estão cansados de receber em seus gabinetes — e só não enxerga quem realmente é cego — receber em seus gabinetes queixas contra Delegados de Polícia deste Estado a desrespeitarem a ordem pública, eles que são os responsáveis pela paz social deste Estado e deste País, parece-me que são os primeiros a concordarem com tanto tipo de coisas. Estão eles à solta, estão nas ruas os criminosos a amedrontarem as famílias deste Estado.

Entretanto, Sr. Presidente, entretanto, Srs. Deputados, estão aí os delegados de polícia deste Estado, a fazerem média, a pegarem os pobres coitados, a espancá-los, os delegados ou alguém que se intitula delegado.

Desejo, Sr. Presidente, encaminhar a V. Exa. uma denúncia de Moacir Jacir Ferreira e de sua esposa. Isso é um absurdo! Aqui temos o atestado médico do casal, e se isso não bastar, aqui está o rapaz que foi espancado por um pretenso — ou que

se diz - delegado de polícia da cidade de Piraquara.

Encaminho, Sr. Presidente, até transtornado, um ofício a V. Exa. para que o Secretário de Segurança Pública dê segurança pública, e que acabe, de uma vez por todas com essa bandalheira de "inspetores de quartirão", de policiais a espancarem um chefe de família e se bastasse o espancamento desse chefe de família, sua esposa, na sexta-feira, apareceu em meu gabinete, com os lábios machucados.

Estão aqui os atestados que comprovam nossa assertiva e o nosso requerimento ao Secretário de Segurança Pública, solicitando um mínimo de segurança ao povo de meu Estado.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem a satisfação de anunciar, neste plenário, a presença do Sr. Deputado Federal Dr. Norton Macedo, da bancada da Aliança Renovadora Nacional.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo do meu Paraná.

Entristecido, hoje, estamos nesta tribuna para falar de um fato inédito no Estado do Paraná, de um fato inédito na dinâmica administração de Jayme Canet Júnior, quando vemos que está sendo efetuada uma manobra que não conhecemos o seu real objetivo: transferido, em comodato, com o respeito que temos pela Federação da Agricultura, o Hospital Carolina Lupion, de Jaguariaíva.

Vemos, como num passe de magia, esse hospital ser transferido para a Federação da Agricultura.

Só nos resta um pensamento para justificar esse fato: falta de tirocínio administrativo do responsável pela Fundação Hospitalar, só isso justificaria essa transferência, a transferência de um hospital do gabarito do "Carolina Lupion" a uma outra entidade.

Com esse fato, poderíamos decretar até a falência do Presidente da Fundação Hospitalar, decretar a falta de tirocínio do Diretor-Presidente. Porque, com essa transferência, onde os mendigos irão ser atendidos? Para onde irão os menos favorecidos pela sorte, para onde irão, Srs. Deputados, para onde irá o povo do Paraná, aquele povo do Norte Pioneiro que não pode estar vinculado com o INPS, com o FUNRURAL, ou com as Federações?

Irá para as calçadas, virá para Curitiba, para nos degradar às portas da Assembléia, às portas dos albergues, só por que o Dr. Wilson, responsável pela direção da Fundação Hospitalar não tem gabarito, não tem capacidade de administrar um hospital que é modelo no Norte Pioneiro.

Entregamos de mão beijada, com o devido respeito que temos pela Federação das Indústrias e pela Federação da Agricultura e pelo Dr. Mário Stadler.

Haverá então de se concretizar novamente convênios com o INPS, com o FUNRURAL com o resto do povo.

E o povo menos favorecido pela sorte? O nosso povo, para onde irá, Sr. Presidente e Sr. Secretário da Saúde Pública? Estes homens que não de vir a Curitiba para aumentar ainda mais as nossas dores ao virem às portas desta Assembléia? E as entidades de assistência social também estão sofrendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por falta de tirocínio administrativo. Onde o dirigente de uma Fundação não tem capacidade para dirigir.

Queria, neste instante, Sr. Presidente, pedir vênias a V. Exa. para complementar o meu raciocínio. Está decretada a falência da Fundação enquanto este moço estiver à sua testa. Porque não nos concede, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um hospital do gabarito que é de Dona Carolina Lupion, ser transferido sem a menor pesquisa, sem a menor assistência para o Norte Pioneiro, para a honrosa Federação. Mas não é só a Federação da Agricultura, é o resto do povo do Paraná.

E que saibam, como dizia Jesus Cristo aos vendilhões do templo - "que hospitais não são para fazer comércio", hospitais são para amparar o povo do Paraná e sua gente.

Estamos revoltados, Sr. Presidente, mesmo que nos sancionem, nós haveremos de dizer a verdade que está decretada, neste instante, a falência e a falta de tirocínio administrativo do Sr. Diretor da Fundação Hospitalar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cidade de Paranaguá, no último sábado foi sede de um espetáculo de beleza, pois iria ser escolhida a Miss Paraná.

Numa promoção de envergadura e de iniciativa do "Diário do Paraná" e Canal 6, quase três dezenas de moços que representavam seus municípios lá estiveram, numa noite memorável para o Litoral.

Três moças daquela região foram classificadas — Paranaguá detendo para si o título de Miss Paraná, Morretes conquistando o terceiro lugar neste grande certame, e Guaratuba abischoitando para a sua representante, o título de Miss Simpatia.

Este fato, por si só reveste-se de características as mais importantes; anualmente todos os paranaenses, numa determinada noite do ano voltam suas atenções para este concurso — Miss Paraná, e o fato em si reveste-se de características especiais para Paranaguá, pela promoção que o Canal 6 deu àquela cidade: por quase uma hora antes do concurso, mostrou a todo o Paraná o que é a cidade de Paranaguá, seu porto, a cidade enfim, com todas as suas atrações. Turisticamente foi um grande passo que este órgão deu à cidade de Paranaguá.

Queremos registrar o fato e pedir a inserção nos Anais desta Casa, de um voto de regozijo, um voto de aplauso aos promotores desta festa, e, a nossa satisfação de termos, aqui nesta Casa, uma cadeira que representa a cidade de Paranaguá, quando aquela cidade despontou, pela vez primeira, a moça que hoje ostenta a faixa de Miss Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Venho narrar um acontecimento diferente: o desfile das Misses do Paraná, em Morretes, na última sexta-feira.

Uma festa que alegrou a centenária cidade.

A iniciativa foi do Prefeito Marcy Alves Pinto. Com o prestigiamento de todos os cidadãos morretenses.

A Comissão de festa preparou um belo desfile pela Rua Quinze de Novembro, com as jovens representantes da beleza de todo o Paraná desfilando em carros preparados.

A Coordenação da festa, ficou a cargo do Major Comandante do 9o. Batalhão da Polícia Militar.

Estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, Juiz de Direito e a 1a. Dama de Paranaguá, além de outras autoridades, somando um total de 110 pessoas.

Pudemos presenciar o êxito desta feliz iniciativa, que reuniu as Misses do Paraná em Morretes, havendo a realização de um excelente almoço de confraternização, em lugar aprazível, no Hotel Nhundiaquara, à margem do rio do mesmo nome, onde foram servidos pratos típicos da localidade, o famoso barreado, tendo como sobremesa as frutas nativas da terra, o que agradou a todos.

Parabéns ao Prefeito Municipal, que realizou tal confraternização com o apoio do povo que colaborou através de donativos recolhidos pela referida comissão, especificamente para esse fim. Foi portanto, uma festa oferecida pelo povo morretense.

Parabéns também ao "Diário do Paraná" e Canal 6 pela estruturação do Concurso Miss Paraná 1977 em nosso Litoral,

aproveitando as belezas daquela região, numa perfeita união dentre o tradicional e o moderno, na festa das Misses”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O concurso, “MISS PARANÁ”, realizado no último sábado, em Paranaguá, foi realmente uma apoteose de beleza extraordinária, onde dezenas de moças representando as cidades de diversos municípios do Paraná, se destacaram de forma brilhante, de forma espetacular.

De parabéns está a imprensa do Paraná que deu cobertura extraordinária, como sempre tem dado, a esse espetáculo de beleza que se realiza anualmente.

Ocupo a tribuna nesta oportunidade para tributar homenagens à representante de minha cidade, à representante de Santo Antônio da Platina, que conseguiu, pelo seu valor extraordinário de beleza, colocar-se como a 5a. das finalistas daquele concurso.

Parece que a nobreza e a pompa da representação deste último concurso “MISS PARANÁ” superou as expectativas, e ninguém poderá, em absoluto, duvidar do julgamento que foi efetuado porque ganhou realmente a nosso ver, aquela que realmente merecia ser a vencedora.

Mas, está de parabéns Sto. Antônio da Platina, minha cidade, a cidade jóia do Norte Pioneiro do Paraná, que apesar de há quase 9 anos não ter um prefeito trabalhador, não ter um prefeito honesto, não ter um prefeito digno, não ter um prefeito honrado, tem a representação da beleza como uma das finalistas deste último concurso realizado em Paranaguá.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O motivo da nossa presença na tribuna na tarde de hoje é exclusivamente para relatar aqui o que nós podemos observar na cidade de Campo Mourão, principalmente na sexta-feira, quando o Governador Jayme Canet se deslocou até aquela cidade, com a maioria de seus auxiliares diretos.

Tivemos a oportunidade de, inclusive, acompanhar vários prefeitos em audiência com o Sr. Governador, de acompanhar também vários prefeitos nas audiências que tiveram com os Secretários de Estado, na assinatura de diversos convênios de grande expressão para aquela região.

Se não bastasse também o valor desses referidos convênios.

O fato que mais nos chamou a atenção para a instalação, que seria bem este o termo, do Governo em Campo Mourão, foi evidentemente a divulgação que toda aquela região do Norte do Paraná recebeu. E por certo, outras regiões como é o caso da próspera Francisco Beltrão, Maringá, Santo Antônio da Platina, — que foi mencionada agora há pouco, — e outras cidades que não me vem à lembrança no momento, que receberam também a presença do Sr. Governador, terão por certo grandes benefícios com esta ida do Governador ao interior, senão pelo volume de convênios de obras que, por certo, serão, assinados mas, principalmente, pelo contato e pela forma com que há esse diálogo, ou que houve esse diálogo em Campo Mourão, entre os governos do interior, Secretários, Prefeitos, Vereadores e outros representantes de classes, principalmente, pela simplicidade de como esses homens foram tratados tirando todo aquele protocolo que reveste, hoje, uma Secretaria de Estado ou do próprio Palácio do Governo, tão necessário dentro da estrutura governamental, onde os Srs. Prefeitos puderam conversar, juntamente, com seu povo, porque muitos desses prefeitos foram acompanhados de tantas outras pessoas de sua cidade que dificilmente teriam condições de levar o seu

abraço direto aos homens que governam o Paraná, hoje, ou de poder conversar, diretamente, com esses homens, como foi realizado em Campo Mourão e que, por certo, terá o mesmo procedimento em outras cidades do Paraná.

Nós ou pelo menos quase todos os Deputados, ou os homens que militam na política do Paraná hoje, são homens do interior. Quem faz a política do interior sabe que os homens do interior gostam de ter seu interior prestigiado e, hoje, pelo que estamos observando pela maneira franca e cordial que o Governo do Paraná, através do próprio Governador e todo seu Secretariado, está se dirigindo ao povo do Paraná, nós, realmente, ficamos satisfeitos, porque tantas reivindicações que por tantas vezes se fizeram por esta tribuna da Assembléia Legislativa, hoje nós estamos vendo, cumprimento e, para muitos, o sonho realizado.

Talvez, algumas obras, se o Governo não tivesse, ou se não se deslocasse para o interior, dificilmente, talvez, o Governo seria tão sensibilizado como foi com a presença dos homens do interior no recebimento do Sr. Governador e seu Secretariado.

E, repito, está de parabéns o Governo do Estado do Paraná em prestigiar o interior, interior este que, por muitos e muitos anos foi e será ainda, o sustentáculo da Capital do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, inscrito.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estava marcado para a última sexta-feira, dia 3, um debate sobre direitos humanos e constituinte, promovido pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Londrina e pelos Diretórios Setoriais.

Participariam desse debate o ex-Ministro, ex-Deputado Federal, professor Aliomar Belchior, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal; o jornalista Sérgio Buarque de Gusmão, do jornal “Movimento” e o professor Dalmo Dalari, da Universidade de São Paulo, Presidente da Comissão de Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo, e ali como representante do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal de S. Paulo.

Toda a cidade preparava-se para esse debate. Eis que e aqui dou o meu testemunho pessoal, principalmente a minha visão e a minha participação pessoal no episódio eis que, por volta das 19,30 horas recebemos um telefonema desesperado de jovens sitiados, ilhados, detidos na sede do Diretório Central dos Estudantes. Pediam que ali comparecêsemos. E, abandonando o compromisso assumido para aquela hora, quando nos dirigimos ao local, vimos por todas as partes, por todas as ruas que pretendíamos chegar naquela região, que elas estavam bloqueadas porque uma parte da cidade de Londrina havia sido militarmente ocupada pela Polícia Militar do Estado do Paraná, com a ajuda da Polícia Civil e de outras polícias mais. Houve até quem dissesse que apenas os guardas de banco não haviam sido mobilizados para o sítio, para a ocupação militar daquela parte.

Paramos o carro e fomos a pé e o cerco policial quis impedir que passássemos; veio um oficial e disse que ali não poderia entrar e eu disse que entraria. E travamos com ele um diálogo que os jornais do dia seguinte registraram e que por uma questão de fidelidade gostaríamos de repetir, nesta hora.

“Diante da proibição daquele oficial de que não poderíamos entrar naquele trecho, naquela parte de rua, surpreendidos exclamamos que estávamos na nossa cidade e ninguém poderia impedir-me de caminhar. O oficial declarou conhecer-me e ser meu amigo.

E, adiante me perguntou onde eu iria: Disse-lhe que ia à sede do DCE. e ele respondeu: “O Senhor pode ir, mas não pode entrar, porque se entrar à sua saída vai ter que ser escoltado até a sua residência”. “De forma nenhuma” disse eu. Vou

entrar e não vou ser escoltado. Sou homem que sabe dos seus direitos e conhece o seu próprio caminho." "Eu sei que o Senhor é Deputado, disse-me o oficial:

"Então vou pedir para o Senhor poder entrar e não precisar ser escoltado à saída.

Também não quero favor. Tenho direito de ir e vir. Vou e voltarei. Fui".

A porta, a entrada do DEC., ocupada por um cordão policial que nos abriu passagem. Lá dentro, cerca de trinta jovens sitiados. Logo depois chegou o Arcebispo de Londrina, convocado e ali disse presente para dar assistência e cobertura aos estudantes. E todo aquele trecho realmente estava sitiado e com luzes apagadas. Cidadãos não podia, chegar, nem para ir a sua peça "A mala". Era estréia e ninguém ou pouca gente pôde comparecer.

O CESULON, Centro de Estudos Superiores de Londrina, teve que forçadamente suspender as suas aulas, e policiais entraram em salas de aula para retirar alunos que insistiam em assistir aulas. Professores não puderam entrar nas escolas ou nos estabelecimentos para retirar seu material.

E houve até um caso de um cidadão, que inadvertidamente passou com o seu carro, e um policial atirou por duas vezes. E o cidadão, surpreendido, parou, e no dia seguinte a imprensa perguntava: "e se ele não parasse?" Então, eles tinham ordem para atirar e atirar para matar".

A tentativa, o objetivo, era frustrar a conferência, frustrar a realização do debate. Conseguiu-se. Estávamos na sede do DCE, junto com os estudantes sitiados, as famílias preocupadas e desesperadas. Primeiro, saiu o Arcebispo. Depois, vimos lá fora que chegava o Presidente do Diretório Central e fomos recebê-lo.

Deram-nos passagem, muito embora já tivesse chegado à sede do DCE a informação da Polícia de que a partir daquele instante, já ninguém mais poderia entrar e também não poderia sair, de lá de dentro.

Lá fora, o Presidente do DCE conversava com um oficial, fomos interceder para que ele pudesse entrar na sede da entidade em que ele era o Presidente, e o oficial nos disse que não.

— Mas como não pode entrar? disse-lhe eu; ele é o Presidente, essa é a sua Casa.

Ele disse: ele é o Presidente mas hoje não é mais.

Então o Senhor o destituiu?

— Não, é que hoje, é um caso excepcional e nós estamos aqui para manter a ordem.

Eu disse: Mas, os estudantes, não estão fazendo desordens, são homens desarmados. O rapaz está desarmado; não oferece perigo algum, porque ele não pode entrar a sede da entidade que ele é presidente?

Aí, disse-nos o oficial, retratando a mentalidade dos detentores do poder da época: É que ele é o líder, e ele pensando é perigoso.

E quando este oficial, retratando o espírito dos poderosos da época, nos disse isso, naquele exato momento lembrei-me daquele promotor da época de Mussolini, que um dia pediu a condenação de um intelectual a vinte anos de cadeia, justificando que era preciso impedir durante vinte anos, o funcionamento daquele cérebro. Sinal dos tempos...

Aliomar Baleeiro, Dalmo Dalari, e o jornalista Sérgio Gusmão que estavam sendo seguidos, perseguidos durante toda sua permanência na cidade, tentaram dirigir-se até o local da conferência, até o local do debate, porque lá, naquele local, as poucas pessoas que mineiramente chegaram cedo. Foram também dali desalojadas violentamente pela Polícia.

Tentaram, não conseguiram, voltar ao hotel, de lá, mesmo depois de frustrada a conferência, apareceram policiais, agentes de segurança, para interpelar o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, sobre o conteúdo do debate. Sobre o que ele iria dizer, chegando a ponto mesmo de perguntar, que subversão

ele faria naquela noite.

E o ex-Presidente Aliomar Baleeiro, pegou três livros e mostrou ao policial: Esses são os documentos subversivos, que iríamos levar a debate: "A Constituição da República Federativa do Brasil"; "A Declaração Universal dos Direitos Humanos" e "A Lei de Segurança Nacional".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cidade ficou revoltada. E muita gente quis saber qual foi a autoridade, qual foi o responsável por esta abusiva ocupação militar parcial, da cidade de Londrina.

Dizia-se que lá do Comando do 5o. Batalhão da Polícia Militar, o próprio Comandante da Polícia Militar, e o Secretário de Justiça do Paraná, comandavam aquela violência. Hoje, muito embora tivéssemos dúvidas, um jornal de hoje, a "Gazeta do Povo", confirma que aquela violência foi pessoalmente encomendada pelo Secretário de Justiça do Paraná; e está aqui o jornal.

"NOTAS POLÍTICAS", onde se lê: — "Nenhuma preocupação. O Secretário de Justiça, Odilon Túlio Vargas, que esteve em Londrina acompanhando os movimentos estudantis da última semana, informou à reportagem política que tudo aconteceu sem maiores problemas e não tivemos nenhuma preocupação quanto ao desencadeamento de um choque entre policiais e estudantes. Todos entenderam a inoportunidade do momento e, felizmente, não tivemos impasse."

Não sei porque choque; os estudantes não queriam choque; os estudantes queriam debate. Quem foi preparado para o choque, quem estava preparada para o choque era a Polícia Militar do Estado do Paraná, sob a orientação do Secretário de Justiça. E faz-nos crer, pelas suas palavras que estavam dispostos, os policiais, autorizados ou pela ordem das autoridades do Paraná, a usar de violência física, para impedir que um debate sobre direitos humanos e Constituinte, fosse realizado.

Alguém poderia dizer, como disse em entrevista no dia de ontem, ao jornal "Folha de Londrina", o Sr. Governador do Paraná, que tratava-se de questão de segurança nacional. Como que com esta declaração, a eximir-se de qualquer responsabilidade.

Mas, ou é Governador do Paraná, ou não é Governador do Paraná. Ou manda na Polícia Militar, ou não manda na Polícia Militar, ou temos uma República Federativa neste País, ou não temos uma República Federativa neste país. E que quem não tiver a dignidade de assumir as responsabilidades pela sua função, que não assuma essa função. Porque não é uma portaria de qualquer tabelião que eventualmente exerce o Ministério da Justiça, que há de derrogar princípios universais, como os da Declaração dos Direitos da Pessoa Humana, e da Constituição da República Federativa do Brasil, que diz textualmente: "que todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade, senão para manter a ordem".

Os estudantes com homens eméritos, com homens eminentes, reuniam-se sem armas, para debater. Quem promoveu a desordem foi a Polícia Militar do Paraná; quem promoveu a violência foi a Polícia Militar do Paraná; quem promoveu a agressão, foi a Polícia Militar do Paraná. E nenhum país pode ter segurança quando as próprias autoridades promovem a desordem.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Evidentemente eu confiro a V. Exa. todo o direito de protestar, contra o cerceamento, à conferência que iria proferir em Londrina, o liberal, Aliomar Baleeiro.

Estou propenso, inclusive, pessoalmente, a acreditar que foi um erro cercear-lhe a oportunidade de fazer uma conferência; minha opinião pessoal, evidentemente não implica, em representatividade do Partido neste momento. Todavia, V. Exa. comete uma injustiça e um equívoco. Eu posso afirmar a V. Exa. com a maior convicção de que o Governo do Estado do Paraná não teve nenhuma responsabilidade direta ou indireta,

pelos acontecimentos ocorridos em Londrina. Devo dizer ainda a V. Exa. que o Secretário de Justiça, Tulio Vargas foi a Londrina, meramente como observador e na expectativa que pudesse de alguma maneira contribuir para amainar a situação que estava tensa. Não foi o Comandante da repressão, não foi quem pessoalmente comandou o comportamento, quer da Polícia Civil, quer da Polícia Militar. Digo isso a V. Exa. com total conhecimento da situação. E lembro a V. Exa. que a Polícia Militar, constitucionalmente, é uma força auxiliar do Exército Nacional. E portanto, nem sempre o Governador do Estado, tem o Comando da Polícia Militar, e foi exatamente o que ocorreu em Londrina.

Era preliminarmente, esta a minha intervenção, Sr. Deputado.

O SR. OSVALDO MACEDO — Agradeço o aparte de V. Exa. mas me permitiria usando de seu raciocínio inteligente, acrescentar duas coisas. Primeiro, V. Exa. diz tratar-se de um erro. Acho que mais que um erro foi uma violência, uma brutalidade.

Em segundo lugar, a Polícia Militar pode ser órgão auxiliar do Exército brasileiro e se não foi o Governo do Estado quem determinou foi o Exército brasileiro pelo Comandante chefe, Presidente da República.

A verdade é que não pode haver governo que não governa. Ou é governo, ou não é governo e simplesmente delegado.

Mas, quero, Sr. Presidente, dizer a esta Casa dois trechos de entrevistas concedidas ao jornal "Folha de Londrina" pelo jurista Dalmo Dallari e pelo ex-Presidente do Supremo, Aliomar Baleeiro. Apenas para que se tenha um retrato do clima que se instalou na cidade de Londrina, na última sexta-feira, basta que se leia o título das notícias: "Debate, nem sobre futebol de salão". Porque naquele mesmo instante, num ginásio de esportes distante da sede do DCE, reuniam-se algumas pessoas para debater futebol e nem isto a Polícia Militar do Paraná permitiu.

Disse, na entrevista, Dalmo Dallari: "Vimos debater um ato ilícito, que interessa ao próprio Governo brasileiro, que é a Constituição e os Direitos Humanos, assuntos que estão estreitamente ligados entre si, já que propomos a Constituinte, somente depois de ampla e irrestrita anistia e ainda a revogação dos dispositivos da Constituição, como o AI-5, que é uma ameaça que paira sobre nossas cabeças."

Dalmo Dallari lembrou que "as autoridades precisam se conscientizar de um dado óbvio de que as gerações se sucedem. Os que mandam agora vão, inevitavelmente, morrer e é inevitável que os jovens do presente, sejam os governantes do futuro.

De onde é que as autoridades esperam que venham as informações e os esclarecimentos de que os jovens precisam para assumir as responsabilidades futuras? Além de tudo é preciso lembrar que uma vez proibida a conscientização aberta e por vias legais, ela acontecerá fatalmente por outras vias. E neste caso, os resultados são imprevisíveis. É ingênuo acreditar que o Paraná possa se isolar do resto do mundo, e ainda com uma atitude como esta, retrógrada e absurda".

Aliomar Baleeiro disse que "O Brasil é um país com verminose política e carência de sais minerais políticos. Então a receita óbvia, mesmo de um curandeiro aposentado como eu, é a prescrição daquilo que está faltando ao organismo: democracia, em doses maciças e não em conta-gotas ou em miligramas. Desculpem. A dose deve ser cavalgar, como ordenaria um veterinário. O chamado sistema não compreendeu que nunca o Brasil, em seus 155 anos de Estado independente, suportou doze anos de regime discricionário e anti-liberal.

Não sou um profeta, mas disto estou certo: no Brasil, não é possível que um governo ditatorial se prolongue indefinida e impunemente. Mesmo com todo o medo da liberdade que eles têm."

E para concluir, Sr. Presidente, quero apenas dizer que esta e registrar em seus Anais o que declaramos, na ocasião, ao jornalista que perguntava nossa opinião sobre o debate.

Dissemos: "Debate é um ato próprio do homem. O homem debate porque é dotado de inteligência. Os animais não têm inteligência, por isso não debatem, usam a força". E os estudantes querem debate.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Mais uma vez, destaco, na História do Brasil, a famosa observação de Raimundo Faoro: "lamentavelmente, no Brasil, os liberais deixam de sê-lo quando no governo".

Só queira lembrar a V. Exa. que Aliomar Baleeiro foi, talvez, um dos políticos que, com maior veemência, opôs-se à derrubada do Presidente Constitucional do Brasil, na época, Sr. João Goulart. E o mesmo Aliomar Baleeiro aceitou uma posição no Supremo Tribunal Federal, nomeado pelo Governo Revolucionário. Talvez, se Aliomar Baleeiro não tivesse tido esse comportamento anterior, hoje, teria mais legitimidade para falar em democracia.

Só lamento que isso tenha ocorrido agora, quando Aliomar Baleeiro não dispõe nem de um mandato, nem de uma posição no Supremo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Agradeço o aparte de V. Exa. e não me transformarei em advogado do Sr. Aliomar Baleeiro, digo apenas que um homem pode ter errado uma vez, duas vezes, três vezes, nem por isso, ele perde o direito de acertar a quarta.

Em segundo lugar, Aliomar Baleeiro representa hoje, uma idéia que é de toda a Nação. Pode não ter mandato, mas tem verdade. Já que ele não tem mandato para, com maior legitimidade defender a democracia, convoco V. Exa. que tem mandato para defender a democracia, e lhe concedo aparte. O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Só gostaria que V. Exa. reconhecesse, em termos de discussão nos ativessemos a emoções e muito menos à retórica, que o Partido de V. Exa., na minha opinião, deveria entender, ou perceber, ou imaginar, o extraordinário esforço que faz o Presidente da República para manter o País dentro de um quadro pelo menos, razoavelmente democrático.

Sabe, V. Exa. muito bem, que há setores, em Estados, que pretendem uma direção que não é a que o eminente Presidente está levando o País.

Veja V. Exa. o Departamento de Censura da Imprensa que tem contribuído para que se questione mais profundamente, mais livremente, mais amplamente, a realidade nacional.

Sabe V. Exa. que das tribunas das assembleias e do Congresso Nacional, os deputados e senadores têm tido, inegavelmente total liberdade para expor seus pensamentos, suas opiniões.

Sabe V. Exa. que os partidos políticos malgrado as deficiências de ambos, têm podido atuar livremente.

Portanto, me parece — e aqui estou pretendendo ser um analista e não um Deputado — que era hora de facilitar o trabalho de S. Exa. o Sr. Presidente da República e não de dificultá-lo, como vêm fazendo alguns setores um tanto radicais do MDB e mesmo de outros setores e entidades da vida nacional.

Entendo que esta radicalização não traz nenhuma contribuição para a perseguição dos objetivos democráticos, que são os nossos.

Não seria hora de repensar a estratégia que todos estão adotando, não seria hora de perceber que há necessidade de todos se colocarem em posições de sustentação política ao Presidente da República?

Não seria hora de continuar concedendo-lhe um crédito? Enfim, não seria hora de um desarmamento de espíritos,

de prevenções, de preconceitos?

Parece-me, eminente Deputado Osvaldo Macedo, que esta situação porque vive hoje o País, não é inédita em nossa história. Tivemos episódios críticos que foram vencidos pelo bom senso, pela transação e pela conciliação.

Entendo que, se prevalecer esta linha de transação, se prevalecer esta conciliação, nós haveremos de concorrer para a estabilidade democrática no País.

Mas vamos analisar, por exemplo, os movimentos estudantis.

Há muito de motivo, há muito de frenético, há muito de esquerdeiro em todos esses movimentos.

Evidentemente, não serei eu que proponha que eles sejam cerceados. Mas tenho comigo que, na medida em que tais movimentos estudantis venham envolvidos em objetivos não muito claros, não concorrem, absolutamente em nada, para a implantação final de um estado democrático no Brasil. O SR. OSVALDO MACEDO — Deputado Luiz Roberto Nogueira Soares, V. Exa. sabe que sou um admirador de sua inteligência.

V. Exa. sabe que respeito a sua posição até certo ponto constrangedora de se posicionar muitas vezes diferentemente das suas posições pessoais.

Permito-me apenas dizer que já que V. Exa. pretende repensar a situação política nacional, que começasse a repensar até sua própria posição, quando V. Exa. põe as melhores intenções na pessoa do Exmo. Sr. Presidente da República, quando pede ao Exmo. Sr. Presidente da República, o autor do conceito da democracia relativa, mais um voto de confiança.

Gostaria de dizer que, neste País nós devemos pensar mais na criação de instituições fortes e democráticas, do que na valorização e no fortalecimento de posições individuais, ou de cargos individuais. E quando se pede e se põe nas mãos de apenas um homem toda a solução, é sinal de que alguma coisa não está certa, é sinal de que os valores democráticos não estão sendo adotados, estão até longe de serem alcançados.

Discordo de V. Exa. também, quando V. Exa. põe em dúvida a sinceridade, a honestidade das manifestações estudantis. É muito próprio dizer "não sei o que está por trás disso", é muito próprio dizer "não sei quais são os outros interesses". Ora, os interesses, são os interesses nacionais. Eu já disse aqui — não existe universidade dissociada da sociedade, do estudante que vai participar, que participa, que é filho do operário ou que é filho do médico, que é filho do general, que é filho do deputado, que é filho do lavrador, que é filho do comerciante.

Isto reflete dentro da universidade e fora da universidade, todo o universo em que ele vive.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamenta informar V. Exa., de que o seu tempo está esgotado.

O SR. TRAJANO BASTOS (Pela Ordem) — Sr. Presidente, eu concedo ao Deputado Osvaldo Macedo, o tempo reservado à Liderança do MDB.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência confere ao Deputado Osvaldo Macedo, o direito de usar os 15 minutos que regimentalmente são da responsabilidade do MDB.

O SR. OSVALDO MACEDO — Para concluir, Deputado Luiz Roberto Soares, eu só lamento que, ao lado do Presidente da República, que na Liderança da sua bancada na Câmara Federal, que na sua Casa Civil ou no Ministério da Educação, não hajam homens do seu Partido, inteligentes como V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Deputado Osvaldo Macedo, às vezes há certo exagero em ser questionada a universidade brasileira. Agora mesmo, a Unicamp que é talvez a mais bem estruturada universidade brasileira, a Universidade de Campinas, fez uma série de cursos sobre História do Brasil, uma série de doutoramentos, uma série de teses; eu próprio li há poucos dias um excelente trabalho de um pós-graduado da Unicamp, chamado Edmundo Campos Coelho, que escreveu

um livro crítico a propósito da situação brasileira, em que se analisava o papel político desempenhado pelo Exército Nacional ao longo dos últimos 150 anos, em que ele relata com a maior liberdade, uma série de posições críticas; além deste trabalho, li outro sobre o mesmo tema, a propósito do Exército Nacional e às classes médias brasileiras, as classes médias da sociedade brasileira, que também se questionava com inteira liberdade. Um trabalho criativo, produtivo, de um verdadeiro escorço universitário.

Não há, portanto, este clima medieval com que às vezes se procura diagnosticar a realidade universitária brasileira.

A Universidade do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul também tem publicado, livremente, trabalhos sobre política, sobre sociologia, sobre História do Brasil, com grande criatividade.

Há, enfim, uma série de incentivos que vem se dando e, da maneira que V. Exa. coloca, a impressão que se tem é de que vivemos num universo escolar diabólico, medieval, com verdadeiras "caça às bruxas", quando na realidade não é isto.

O SR. OSVALDO MACEDO — Não por culpa dos professores, nem por culpa dos alunos. Não foram os professores nem foram os alunos, que ocuparam a Universidade de Brasília; não foram os professores, nem foram os alunos, que evitaram debates sexta-feira, em Londrina e; não foram professores nem foram alunos que imouseram a censura também nas publicações estrangeiras vindas para o País.

Não sei que clima é esse sessão medieval

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Estou dizendo a V. Exa., se é que V. Exa. não entendeu, de que a realidade universitária não é esta que V. Exa. procura tipificar.

Evidentemente que não por orientação do Sr. Presidente da República, muito menos, acedido do Ministro da Educação. Alguns leitores podem ter se excedido nesse seu zelo nem sempre racional, de preservar o que se chama segurança nacional.

Eu estou dizendo a V. Exa. que, malgrado uma série de tropeços, acho que a universidade brasileira está formando uma elite muito bem preparada para assumir as responsabilidades diretas da Nação, e esta colocação é que eu quero deixar claro: pessoalmente também não concordo, nobre Deputado, com a censura a livros e revistas importados, porque parece-me que, além da medida ser absolutamente inócua, pode contribuir para o retardamento de uma série de pesquisas que se faz no País e pode, com certeza, projetar uma imagem negativa no exterior.

Mas, malgrado, disse a V. Exa., alguns desvios e alguns tropeços, parece-me que há muito de positivo nas nossas universidades.

O SR. OSVALDO MACEDO — Eu não nego, reconheço e proclamo a inteligência dos professores das nossas universidades, dos nossos estudantes, que, apesar dos pesares, que, apesar dos contratempos, que apesar das coações, das prisões, das ameaças, das intimidações e do 477, ainda especulam, criam e procuram debater. Só que acho que, porque temos um pouco, devemos ter tudo, não somos sujeitos a menos direitos do que outros povos; não somos menos capazes que outros povos. Se nós conhecemos e sabemos que existe liberdade e democracia, porque não haveremos de conquistá-las?

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Incluo-me num aparte a V. Exa. para também fazer uma análise a propósito de uma informação do nobre Líder da Arena.

Tem sido quase que comum levantarem-se vozes contra os radicais do MDB. E hoje parece-me que se prepara até um expurgo dos radicais do MDB, porque seriam eles os responsáveis por todo o retrocesso de abertura que deveria ser instalado no País, através da distensão.

Mas, veja V. Exa. que se comete uma injustiça muito grande, porque o que tem a ver os radicais do MDB com o fato da censura às obras estrangeiras, agora por exemplo.

Qual o relacionamento existente entre o posicionamento político interno da Nação, admitindo-se que esse grupo de radicais estivesse contribuindo para a anarquia, para a evolução das nossas instituições democráticas, como um fechamento até de âmbito cultural da Nação brasileira, através desse processo de censura. Então, realmente, se exige, parece-me, do homem, do integrante do MDB, um sacrifício muito grande. Porque, a todas as investidas do cerceamento de liberdades consagradas no mundo inteiro como verdades insofismáveis do homem, na sua evolução na história da humanidade se exige que o MDB não proteste, que o MDB cale, que o MDB consinta.

Veja V. Exa. que se fala que nós temos liberdade de imprensa. É verdade que os jornais, a maioria deles pode divulgar as notícias. Mas nós sabemos que estão aí jornais como a "Tribuna da Imprensa" tendo as edições apreendidas, o "Movimento", e outras publicações que se preocupam exatamente com o aspecto nevrálgico da questão, que são as instituições democráticas, as instituições políticas do País.

A televisão mesmo. Há ordens veladas para a televisão para que não dê cobertura alguma aos movimentos estudantis que estão se realizando.

Então, realmente existe a censura à imprensa.

O MDB não tem denunciado isso, porque entende que as autoridades devem merecer, afinal de contas, a colaboração do Partido. O MDB também não está interessado em trazer anarquia a esta Nação.

Mas, quando se questiona o comportamento dos radicais do MDB, é de se perguntar — se é válido este questionamento?

Se o cidadão protestar para o retorno da democracia se realmente está fazendo um ato impatriótico, se não está se contribuindo para os objetivos da Nação brasileira?

Portanto, discordo da afirmação do eminente Líder da ARENA quando atribui, quase que exclusivamente até, aos radicais do MDB, o possível retrocesso ou a falta de confiança que o Presidente da República teria para levar o País de volta ao estado de direito, porque este caso que nós citamos — a censura às publicações estrangeiras, não dá aqui. O MDB não pode, mesmo que quisesse, influência nenhuma teria.

No entanto, a realidade triste, completa e até vergonhosa para nós, está aqui: — Hoje, a Polícia dispõe de mais um texto legal, Polícia Federal dispõe de mais um texto legal, agora, para proibir idéias; não as que partem daqui porque as que partem daqui não parecem tão perigosas, Parecem perigosas de um homem que esteve à frente do Supremo Tribunal Federal; idéias perigosas que partem até de um simples Vereador do MDB; idéias perigosas de intelectuais; mas, agora, idéias perigosíssimas que vêm de fora, também.

O SR. OSVALDO MACEDO — Deputado Nilso Sguarezi, agradeço o seu aparte mas, queria acrescentar aos seus argumentos mais um: — Pode não haver censura em determinados órgãos da imprensa escrita, porque sabe o Governo que é uma percentagem mínima, neste País, que lê jornais. Mas a censura existe — pertinaz, persistente — às emissoras de televisão e rádio. Quem vê televisão não sabe das verdadeiras notícias, ou dos verdadeiros fatos que ocorrem neste País, porque como meio de comunicação mais eficiente, é, constantemente, advertido de que não pode falar sobre este ou aquele fato.

Da mesma forma, as emissoras de rádio, porque são as emissoras de rádio que atingem, que se comunicam com a maioria esmagadora da população deste País. Não há censura. Mas, não são radicais os do MDB, a não ser que lutar pela democracia, seja radical; a não ser que defender direitos humanos, seja radical.

Radical, também é a Igreja.

Radical, também é a Ordem dos Advogados.

Radicais, são todos os órgãos, entidades, as pessoas, os intelectuais que combatem a censura, que combatem o estado policial e a repressão excessiva.

A verdade é que esta Nação, hoje...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Há outros radicais.

O SR. OSVALDO MACEDO — Exato, existem outros radicais.

Existem radicais, sobretudo da direita, incrustados no poder. Ainda ontem o jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", noticiava que o Exmo. Sr. Presidente da República nomeará ainda 32 ministros durante o seu saldo de mandato. E, dentre os ministros já nomeados, há um cidadão que atende pelo nome de Valter Goudinho de São Paulo, que foi aprovado...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Ao final de seu mandato terá nomeado...

O SR. OSVALDO MACEDO — ... que já teria sido este cidadão nomeado e indicado para o Superior Tribunal Militar e aprovado com restrições do Senado, não só pelo MDB mas, também, pela ARENA, dadas as suas ligações ostensivas com uma entidade chamada Tradição, Família e Propriedade, reconhecidamente de direita.

O SR. NILSO SGUAREZI — Entre os radicais, o Delegado Fleury, de São Paulo...

O SR. OSVALDO MACEDO — Para quem foi feita uma lei para que escapasse dos crimes cometidos na direção do Esquadrão da Morte.

Mas, são tantas as injustiças, são tantas as barbaridades que se fazem neste País.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Não pretendia dizer mas, V. Exa. poderia ter incluído o Deputado Marcos Tito, também, na lista dos radicais, vamos engordá-la; afinal, nela cabem muitos Deputados.

O SR. OSVALDO MACEDO — Muitos Deputados. Só que nós não faremos essa delação. Nós falamos dos reconhecidamente que estão no Poder.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — É fato público e notório, demaneira que não há pejo em declinar o nome do Sr. Deputado.

O SR. OSVALDO MACEDO — O que gostaríamos de dizer, é que na verdade este País está em crise. Na verdade eu tenho dito e repetido que a Nação está em trabalho de parto. Estas crises constantes provocadas, fictícias ou reais, são na verdade contrações de parto. O parto ocorrerá. Espero que um parto natural; espero que nasça uma criança sadia e que não nasça o bebê da Rosemary.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. falou em crise. Nós temos crise econômica, crise moral, crise social, mas o importante nesta Pátria é que nós falamos desta tribuna há alguns dias, é a crise de autoridades.

Vejamos, Sr. Deputado o que se disse hoje nesta Assembléia. O nobre Líder do Governo isentou ou procurou isentar o Interventor deste Estado, o Sr. Jayme Canet Jr., que não foi ele que comandou a Polícia. Logo depois pediu a compreensão do Presidente da República e do Tabelião muito bem aquinhado, hoje Ministro da Justiça, como se também eles não tivessem sido os autores da ordem. Falou-se também que do Ministro da Educação não teria partido a ordem.

Que País é este em que ninguém dá ordem, mas ela foi cumprida. Portanto, me parece, Sr. Deputado que o maior problema desta terra é a crise de autoridades. Confundiram autoridade com autoritarismo e é isto que está aí. Não foi o Governador ou o Interventor; não foi o Presidente; não foram os Ministros. Talvez tenha sido o Marco Tito.

Porque num País onde a má leitura de um discurso abala a sua estrutura, este País vai mal. É o sistema econômico.

Nós estamos dispostos e acredito que todo o MDB está disposto a dar a mão ao Presidente Geisel. Mas ele que tenha

antes a televisão na mão, que vá lá e diga que é o sistema e contra quem o povo brasileiro tem que lutar. Quem está comandando este País? Não é Presidente, não é Interventor, não é o Minsitro. Será Marco Tito? Será a célebre ditadura das minorias?

É crise de autoridade. E num País onde se confunde autoridade com autoritarismo só pode acontecer isso. Ninguém é responsável. Talvez, num inquérito, o Cabo de polícia deva ser punido.

(TÍMPANOS)

O SR. OSVALDO MACEDO — Eu agradeço, Sr. Presidente, e antes que V. Exa. nos advirta do encerramento do nosso tempo, eu concluo para dizer que a cada um, onde quer que esteja, cumpre nesta hora lutar e resistir. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, se deseja ocupar o espaço regimentalmente cedido à Arena.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O Deputado Augusto Carneiro ocupará o horário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Com a palavra o Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, agradeço à liderança da nossa bancada, por me conceder alguns minutos aonde eu possa registrar aqui um fato que já foi abordado, mas que eu reputo de importância e por isso gostaria também de dizer alguma coisa sobre o mesmo assunto.

No dia 3 e 4 pp., o Paraná inteiro soube e conheceu que o Governo do Estado no seu todo, Governador e todos os Secretários de Estado estiveram na minha cidade de Campo Mourão, despachando.

Campo Mourão, na tarde de quinta-feira até as últimas horas de sábado, esteve engalanada.

Campo Mourão, se sentiu em festa e foi um município orgulhoso até, por sediar o Governo do Estado, por algumas horas. Nós gostaríamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de registrar melhor este fato, porque no cumprimento das nossas funções parlamentares, eu já disse uma ocasião e repito hoje, nós exercemos a função de fiscais. E como a bancada da Oposição, tem por obrigação e sempre tem feito criticar e denunciar coisas que consideram não acertadas por parte de governo, nós também nos sentimos na obrigação de registrar e de agradecer aquilo que entendemos ser certo e justo.

Nestes dois dias de Governo em Campo Mourão, onde S. Exa. o Governador do Estado atendeu aos 19 Prefeitos da micro-região de Campo Mourão, e devemos dizer que existem dois da Oposição, todos os Prefeitos tiveram a mesma oportunidade e o mesmo tempo de audiências com o governo, para reivindicar e para pedir coisas para seus municípios.

O Governador, num trabalho extraordinário que lhe é peculiar, ele concedeu audiências quase ininterruptamente, sendo de dia e à noite também. A todas as lideranças daquela região, e a todos, ele deu um pronto atendimento. A todos ele tinha uma resposta imediata; ele não trouxe assunto nenhum para ser estudado, os assuntos foram resolvidos na hora em que foram apresentados. E este fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que vem colocando o Governador Jayme Canet numa condição extraordinária no interior do nosso Estado, como um bom administrador e como um excelente político. Porque nós entendemos, de que a política verdadeira é esta que se faz com o trabalho; é esta que se faz procurando resolver os problemas de quem tem problemas. Nós sabemos e reconhecemos, Srs. Deputados, que no Paraná existem muitos problemas e graças existem, porque é um Estado que progride por isso naturalmente, tem que ter problemas.

Mas nós reconhecemos, e eu reconheço que na medida

da capacidade e das forças e das condições econômicas do nosso Estado, os problemas vêm sendo sanados. E sanados, para alegria e satisfação nossa, porque eu fui testemunha de quantos problemas foram sanados nesses dois dias na micro-região de Campo Mourão, onde 19 municípios pertencem.

Devo dizer também que aquele trabalho todo só foi interrompido por umas 4 horas, no momento em que o Governador teve ciência de que em Londrina se deflagrava um movimento. E a preocupação do Governador — e eu fui testemunha disso, porque estava na sala em que ele atendia, foi — de imediato, pedir providências para que se evitasse um choque de conseqüências maiores. Porque nós não podemos, nunca, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acreditar que o Governador do Estado não queira a paz e a tranqüilidade da nossa Nação, como também do Estado. Pois todos os homens bem formados, têm a obrigação e o dever de zelar pela ordem.

E eu cito estes fatos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que fique bem claro de que culpa nenhuma deste choque cabe a S. Exa. o Sr. Governador do Estado. Uma das determinações imediatas que o Governador fez, depois de já estar deflagrada a crise em Londrina, foi pedir ao Secretário de Justiça; — não sei se por ele ser de justiça ou por ser um homem ponderado — para que fosse a Londrina e lá fizesse todo o esforço para que nenhuma situação grave acontecesse. E, graças a Deus, não aconteceu.

E ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, analisando o trabalho, com exceção dessas 4 horas que esteve paralisado, o trabalho de interesse daquela região, nós percebemos que o Governo quando para lá se dirigiu, já fez uma verificação geral de todas as reivindicações dos municípios daquela região, nos seus mais variados setores: seja da educação, do transporte, de Justiça, do Bem Estar Social; enfim, de todos os setores de administração. E quando o Governador para lá foi, tomou ou providenciou as soluções que eram possíveis ser tomadas; ele já foi com atendimento pronto aos municípios, que era possível dar; facilitou-se grandemente o desenho no atendimento aos Srs. Prefeitos, aos Srs. Vereadores, a todas as representações sociais daquela região. Até clubes de serviço tiveram contacto direto com o Governo.

Então vejam os Senhores, vejam V. Exas. como foi útil estes dois dias de interiorização do Governo; e este fato começou agora. Mas nós sabemos que a intenção do Governo — se êxito tivesse, como êxito teve, esses dias em Campo Mourão, ele irá continuar nos finais de semana, se transferindo para o interior do Estado, para que possa dar um atendimento mais direto ao nosso povo.

E, nestas condições de trabalho, com esta disposição extraordinária do nosso Governador, nós não poderíamos tomar outra posição, a não ser incentivá-lo; a não ser entusiasmar-lo, para que ele cada vez mais possa servir ao Paraná como nós queremos também servir.

E ao encerrar este meu pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero deixar registrado nesta Casa, o meu agradecimento; o meu agradecimento em nome de Campo Mourão; o meu agradecimento em nome da COMCAM, que é a Micro-região de Campo Mourão, a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, por tudo o que ele fez pela nossa região, proporcionando dois dias muito felizes e proporcionando uma alegria muito maior em conseqüência daqueles dois dias de trabalho. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Augusto Carneiro, não aparteei antes V. Exa. para não interromper seu pronunciamento.

Acompanhei seu discurso e quero, nesta oportunidade, associar-me a V. Exa. pelo êxito que teve o Encontro de Campo Mourão. Lá também estive presente e pude presenciar e ouvir dos Srs. Prefeitos, dos Srs. Vereadores o entusiasmo, a satisfação

e o resultado positivo daquele Encontro de Campo Mourão.

O Governo foi lá para trabalhar, foi lá com toda sua equipe, sem as pompas e sem as despesas que se comentava. Todos colaborando e também os clubes de serviço. Foi um trabalho positivo para aquela região. Também represento dois municípios na região Concan. Tive a oportunidade de ver, primeiro a participação da FAMEPAR na orientação de Prefeitos, com a distribuição de formulários de cada Secretaria, para que os mesmos fizessem suas reivindicações e quando S. Exa. o Governador do Estado deslocou-se a Campo Mourão já tinha conhecimento das reivindicações.

Muitas vezes os Prefeitos que participaram do Encontro, nas audiências, quando pensavam em pedir ao Governador ele já estava com a solução.

Quero congratular-me com o Governo do Estado e aplaudimos esta medida, esperando que continue em todo o Estado porque foi um trabalho profícuo em favor do povo que quer o desenvolvimento do Paraná, do povo que quer a sua tranquilidade.

Assisti também a preocupação do Governador do Estado, quando recebeu a notícia de Londrina. Imediatamente S. Exa. pediu, como falou V. Exa., que o Secretário de Justiça, Túlio Vargas, se deslocasse para Londrina para poder, de perto, sentir o que se passava naquele município, e poder transmitir a paz e a tranquilidade. E isto felizmente aconteceu.

Sabemos que os estudantes estão nas Universidades, pensando em melhores dias. Muitos deles, em 64, tinham de cinco a dez anos de idade e não sabem o que então se passou no País. Muitos aproveitadores, numa hora como esta, procuram tumultuar a vida do Estado e da Nação, mas os homens de bem que querem a paz e a tranquilidade, devem contribuir para a pacificação e melhores dias para nossa Pátria.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Agradeço o aparte de V. Exa. que veio reforçar nosso testemunho aqui dado.

Antes de encerrar, quero dizer do meu desejo de que a intenção do Governo do Estado e o desempenho do mesmo Governo ao se instalar nas demais micro-regiões do Estado - que sei que irá se instalar - tenha o mesmo êxito e apresente a mesma produção que apresentou na minha região de Campo Mourão. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

A Presidência informa que nesta data se encerra o prazo para oferecimento de emendas à proposição 386/77, emenda à Constituição do Estado, subscrita pelo Sr. Deputado Enéas Faria, com apoioamento constitucional.

Da mesma forma, está encerrado o prazo para recebimento de emendas à proposição 391/77, de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, com apoioamento constitucional e regimental, encarece, a Presidência, que o Sr. Líder da ARENA faça a indicação dos Srs. Deputados de seu Partido para comporem a Comissão Especial, a quem a Presidência despacha as referidas proposições.

Sobre a Mesa projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — APROVADO. — Irá à CCJ.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 08/77, de autoria da CCJ, Mensagem do Poder Executivo 56/77 — aprova termos do convênio e termo Aditivo, de 30 e 31 de agosto de 1976, respectivamente, celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação e Cultura e o Município de Apucarana, objetivando prestar assistência técnica e

financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por maioria e FAVORÁVEL da CF. e CIP., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — “Aprovado, artigo por artigo”.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Macedo Sobrinho. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Atílio De Bonna, ocorrido em Toledo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sérgio Queirolo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela realização do Concurso “Miss Paraná” levado a efeito na cidade de Paranaguá e que culminou com a vitória da Srta. Deborah Almeida Rosa, eleita “Miss Paraná 1977”, representante daquela cidade. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei 57/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para diversos projetos de resolução. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, bem como ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que determinem verificação da poluição das águas do Rio Tibagi, provocada por detritos que nelas são despejados pela indústria localizada no Salto, Município de Palmeira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pie-trângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, reivindicando a edificação de ponte sobre o Rio Ivaí, no trecho que divide os Municípios de Santa Isabel do Ivaí e Maria Helena. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pie-trângelo, constante do expediente, solicitando voto de louvor à ACAMPAR, extensivo às emissoras Iguazu e Tibagi de Televisão, pelo recente lançamento do programa “Tribuna Popular” APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, bem como ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de que determinem providências que forem necessárias para evitar a poluição do ar, que ora se verifica na Av. Sete de Setembro, proximidades do Supermercado Municipal, em nossa Capital, com o funcionamento de uma fábrica de fogão. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, reivindicando a criação e instalação de uma agência daquele estabelecimento de crédito na cidade de Alto Piquiri. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente, ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecen-

do providências cabíveis visando a instalação de curso de 20 grau no município de Guaraqueçaba, preferencialmente para a formação de técnicos de pesca. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de apurar irregularidades na Delegacia de Polícia de Piraquara. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, fica adiada para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoio dos Srs. Deputados Accioly Neto e Maurício Fruet, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a criação de uma Comissão Especial, composta de cinco (5) Srs. Deputados dos dois Partidos, para após ouvir membros do Poder Judiciário, Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, do Instituto dos Advogados do Paraná e outros, apresentar projeto regulamentando por Lei Estadual, para subsidiariamente complementar diversos itens explicitados nessa legislação, que dizem respeito à Reforma Penal e Penitenciária mais propriamente no que no que tange à pena privativa de liberdade em nosso País. — APROVADO.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. declarou, da Mesa, que se esgotou hoje, o prazo para apresentação de emenda, entre outros, à Proposição número 391/77.

Como a Mesa termina seu trabalho agora, mas o expediente da Casa prossegue e o Regimento Interno diz que "recebida e publicada a proposta, será aberto prazo de três dias para o oferecimento de emendas", gostaria de saber se a Mesa opõe alguma dúvida a que se interprete este prazo como, até o final do expediente da Casa?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Nenhuma dúvida, Sr. Deputado.

A Presidência receberá a emenda no gabinete, e a encaminhará ao departamento competente.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 08/77.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 100/74, 34/75, 60/75, 112/75 e 156/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 176/75, 11/77, 13/77, 16/77, 17/77, 18/77, 20/77, 22/77, 24/77, 26/77, 30/77, 31/77, 34/77, 35/77, 48/77, 51/77, 53/77, 55/77, 57/77, 58/77, 60/77, 62/77, 72/77, 76/77, 77/77, 79/77 e 81/77; e,

marcando ainda, uma sessão extraordinária para amanhã, dia 07, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 63/77.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 33/77.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 394/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número

ro 2605, de 04 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar a funcionária MARLI ALVES POLI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Renato Bernardi, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de maio de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 395/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3562, de 27 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar a funcionária TEREZINHA CASAGRANDE, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Lúcio Machado, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de maio de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 396/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3621, de 28 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar a funcionária MARIA FERRER DA ROSA CUNHA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Hélio Manfrinato, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de maio de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 397/77

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4025, de 06 de maio de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar, CARLOS AUGUSTO CEQUINEL, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Ezequias Losso, da Aliança Renovadora Nacional, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de maio de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 398/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4185, de 10 de maio de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula número 595, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 16 de maio de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de maio de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral